



PROCESSO	57.937-8/2021
DATA DO PROTOCOLO	5/8/2021
ASSUNTO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
RESPONSÁVEIS	ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS (EX-PREFEITO) CARLOS ROBERTO GONTIJO (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) JONE CÉSAR DUTRA (CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO)
ADVOGADAS	LIEDA REZENDE BRITO (OAB/MT 12.816) JANAINA FRANCO SILVA (OABMT 22314/0)
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

## I. RELATÓRIO

1. Trata-se de auditoria especial de conformidade instaurada pela então Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal (Secex de Administração Municipal) para averiguar a legalidade, legitimidade, eficiência e a economicidade dos atos de gestão do Município de Barra do Garças, sob a responsabilidade do Sr. Ângelo de Farias (Prefeito Municipal), relacionados a gastos com combustíveis e manutenção da frota, desde os procedimentos licitatórios até o pagamento das despesas, bem como verificar a implementação e o cumprimento das normas de controles internos do sistema de transportes e das normas relacionadas aos processos de liquidação e pagamento de despesas.

2. A referida auditoria foi instaurada mediante a Ordem de Serviço nº 9305/2021<sup>1</sup> e compreendeu o período de 1º/1/2020 a 31/12/2020.

3. Em relatório preliminar, após analisar documentos relativos aos gastos com combustíveis e manutenção da frota, consultar os IGTCard que gerenciam a frota e o parecer da empresa responsável pelo sistema de gerenciamento da frota da Prefeitura, a Secex de Administração Municipal identificou as seguintes irregularidades:

### Responsáveis:

**Roberto Ângelo de Farias** – ex-Prefeito

**Carlos Roberto Gontijo** – ex-Secretário de Transporte e Serviços Públicos

**EB 02. Controle Interno.** Grave. Ausência de normatização das rotinas internas e procedimentos de controle dos sistemas administrativos que compõem o SCI (art. 5º da Resolução Normativa do TCE-MT nº 01/2007).

**JB 01. Despesa. Grave.** Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15, da Lei

<sup>1</sup> Documento digital nº 231317/2021.





Complementar nº 101/2000; art. 4º, da Lei nº 4.320/1964).

**EB\_05 Controle Interno.** Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos (art. 37, caput, da Constituição Federal; art. 161, V, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2007).

**Responsável: Jone César Dutra – Controlador Interno**

**EA 01. Controle Interno. Gravíssima.** Omissão do responsável pela Unidade de Controle Interno em representar ao Tribunal de Contas do Estado sobre as irregularidades/ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração (art. 74, §1º, da Constituição Federal; art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 269/2007; art. 6º, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 33/2012; art. 163 da Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2007; art. 6º da Resolução Normativa do TCE-MT nº 01/2007).

4. Dessa forma, sugeriu a este relator a citação dos responsáveis, o que foi feito mediante os Ofícios nºs 309/2021/GC/WT<sup>2</sup>, 310/2021/GC/WT<sup>3</sup> e 311/2021/GC/WT<sup>4</sup>, todos de 6/12/2021.

5. Ato contínuo, o Sr. Jone César Dutra apresentou defesa.<sup>5</sup> Quanto aos demais responsáveis, apresentaram suas defesas <sup>6</sup> após nova citação pelos Editais nºs 073/WJT/2022<sup>7</sup> e 074/WJT/2022<sup>8</sup>, de 30/3/2021.

6. Em análise às defesas apresentadas, a 2ª Secretaria de Controle Externo (2ª Secex) sugeriu a manutenção de todas as irregularidades inicialmente identificadas.

7. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, o Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, mediante o Parecer nº 1.659/2023, opinou pelo conhecimento e regularidade do relatório de auditoria de conformidade, pela manutenção das irregularidades JB01, EB05, EA01, pelo saneamento da irregularidade EB02 e pela aplicação de multa aos senhores Roberto Ângelo de Farias – ex-Prefeito, Carlos Roberto Gontijo – ex-Secretário de Transporte e Serviços Públicos e Jone César Dutra – Controlador Interno.

8. Opinou ainda pela recomendação à atual gestão para que promova o treinamento periódico e adequado aos executores da função de alimentação, lançamento,

<sup>2</sup> Documento digital nº 269257/2021.

<sup>3</sup> Documento digital nº 269258/2021.

<sup>4</sup> Documento digital nº 269259/2021.

<sup>5</sup> Documento digital nº 14245/2022.

<sup>6</sup> Documentos digitais nº 120279/2022 e 121421/2022.

<sup>7</sup> Documento digital nº 104192/2021.

<sup>8</sup> Documento digital nº 104193/2021.





análise, fiscalização, compilação, envio e confronto de dados da plataforma IGTCARD (ou outra que vier a ser utilizada), a fim de que as falhas no controle de consumo de combustíveis não voltem a ocorrer, bem como para que as informações sobre manutenções corretivas e preventivas da frota municipal sejam fidedignas.

9. É o relatório.

Cuiabá/MT, 26 de julho de 2023.

assinatura digital)<sup>9</sup>

**WALDIR JÚLIO TEIS**

Conselheiro Relator

<sup>9</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

